

política

PROGRAMA DE ISENÇÃO FISCAL VIABILIZA PROJETOS EM ONCOLOGIA QUE BENEFICIAM PACIENTES E PROFISSIONAIS DE SAÚDE

Menos imposto, mais vida

Para aprimorar o diagnóstico precoce do câncer infantojuvenil primeira causa de morte por doença no País para a faixa etária de zero a 19 anos –, o Instituto Desiderata vai expandir um projeto de capacitação iniciado em 2007, que nesta nova etapa alcançará 1,6 mil profissionais de saúde da Atenção Primária dos 92 municípios do Estado do Rio, além de 80 registradores de câncer do Sistema Único de Saúde (SUS). Capacitar os profissionais da porta de entrada no SUS para que eles identifiquem mais rapidamente os sinais e sintomas da doença em crianças e adolescentes vai agilizar o encaminhamento dos casos suspeitos e confirmados a centros especializados. Já o treinamento para os registradores visa a qualificar as informações coletadas acerca da doença, por meio dos registros hospitalares de câncer (RHCs).

A iniciativa será viabilizada graças a recursos captados por meio do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon), do Ministério da Saúde (MS), que concede incentivos fiscais aos doadores, sejam empresas ou pessoas físicas. Criado em 2012 com a finalidade de expandir a oferta de prestação de serviços médico-assistenciais em oncologia, o Pronon também propõe apoiar a formação, o treinamento e o aperfeiçoamento de recursos humanos em todos os níveis, bem como o incremento à realização de pesquisas relacionadas ao câncer.

“O programa permitiu que conseguíssemos estender a capacitação, já efetuada na capital e em alguns poucos municípios, para todo o estado. Esse projeto é uma grande conquista para nós”, comemora Roberta Costa Marques, diretora-executiva do Instituto Desiderata, organização da sociedade civil de interesse público (Oscip) fundada há 15 anos e que atua, em conjunto com gestores públicos e organizações, em prol de soluções para a prevenção de doenças não transmissíveis e o diagnóstico do câncer em crianças e adolescentes.



O INCA é parceiro do projeto, que, em sua primeira fase, até 2017, teve 3.084 profissionais não médicos e 548 médicos da Estratégia de Saúde da Família capacitados na capital fluminense, Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, Maricá, Tanguá, Rio Bonito e Silva Jardim. Para a nova etapa, que começa este ano e se estenderá até 2020, foram captados, via Pronon, R\$ 990 mil. Estão previstas 40 capacitações para turmas de até 40 profissionais.

Segundo Roberta, cada esfera de governo tem sua participação no projeto. Ao Desiderata cabe a coordenação das capacitações, com o apoio da Secretaria Estadual de Saúde. As secretarias municipais de Saúde apoiam liberando os profissionais e cedendo o local para as aulas. Na esfera federal, o governo oferece os incentivos fiscais, por meio do Pronon, e a equipe do INCA participa tanto da elaboração do currículo como ministrando o treinamento. “Cada um tem sua responsabilidade para que o sistema funcione plenamente, de modo que as crianças sejam encaminhadas mais rapidamente ao tratamento e tenham ampliadas suas chances de cura.”

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Outra ação concretizada com recursos do Pronon é o projeto Cuidando das Nossas Crianças com Câncer, do Hospital da Criança Santo Antônio, da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (RS). O programa possibilitou a compra de um microscópio especial para neurocirurgia, utilizado para operar tumores do sistema nervoso central, além de outros equipamentos mais básicos, porém não menos

“O Pronon está se mostrando um programa essencial para aprimorar a assistência aos pacientes oncológicos, desde a humanização à compra de aparelhos. Para nós, foi fundamental para a renovação tecnológica”

ROSANA PERES, gerente de projetos de captação da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre

úteis, como bombas de infusão de soro, macas de transporte e carrinhos de quimioterapia.

A ideia começou a sair do papel em 2015, um ano após encaminhamento da proposta ao MS, conforme explica a gerente de projetos de captação da Santa Casa da capital gaúcha, Rosana Peres: “Nós recebemos do Ministério da Saúde habilitação para captar recursos nas empresas. Então, buscamos parcerias com a iniciativa privada do Rio Grande do Sul, e a aceitação foi ótima”. Rosana conta que a meta era arrecadar R\$ 367,2 mil, mas como a lei permite obter até 20% a mais, o montante chegou a R\$ 440 mil. Os aparelhos foram comprados em 2016, e os efeitos positivos são sentidos até hoje.

“O microscópio de alta qualidade para cirurgias neurológicas faz toda a diferença e melhora muito a assistência ao paciente”, destaca o médico Cláudio Galvão de Castro Júnior, chefe do serviço de Oncologia e Hematologia Pediátrica do Hospital da Criança Santo Antônio. Os atendimentos são via SUS, convênios e de modo particular.

“O Pronon está se mostrando um programa essencial para aprimorar a assistência aos pacientes oncológicos, desde a humanização à compra de aparelhos. Para nós, foi fundamental para a renovação tecnológica”, enfatiza Rosana.

FOMENTO À RADIOTERAPIA

Aprovado no âmbito do Pronon, o Programa de Educação Continuada em Radioterapia (ProRad), iniciado em 2016, foi apresentado ao MS pela Fundação do Câncer, sediada no Rio de Janeiro. O



Pronon em detalhes

Desde 2013, pessoas físicas e jurídicas podem destinar até 1% do valor do imposto de renda (IR) devido a iniciativas em oncologia, a exemplo de incentivos fiscais que já existiam para esporte, cultura e lazer. Instituído pela Lei 12.715/2012, o Pronon permite que entidades beneficentes de assistência social (Ebas), organizações sociais (OSs) ou organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips) apresentem projetos para viabilizar ações e serviços de atenção oncológica com recursos captados desses doadores. Para ser aprovado, cada projeto é submetido à análise técnica e, posteriormente, à deliberação colegiada do Comitê Gestor do Pronon.

O valor global máximo das deduções, tanto para pessoas físicas quanto jurídicas, é fixado, anualmente, por ato conjunto dos ministérios da Economia e da Saúde – para 2019, o montante não havia sido definido até o fechamento desta edição. A portaria interministerial também limita o quantitativo de recursos a ser utilizado nos projetos, que devem se enquadrar em uma destas três categorias: prestação de serviços médico-assistenciais; formação, treinamento e aperfeiçoamento de recursos humanos em todos os níveis; e realização de pesquisas clínicas, epidemiológicas e experimentais.

Segundo o MS, as instituições, até agora, deram preferência à primeira – de 2013 a 2018, quase 70% das 776 propostas apresentadas visavam à ampliação de serviços médico-assistenciais.

COMO PARTICIPAR

INSTITUIÇÕES



A entidade interessada em viabilizar seus projetos deve se cadastrar no Ministério da Saúde



É possível tentar a captação de recursos para até três projetos em cada ano



O requerimento solicitando o credenciamento no Pronon deve ser encaminhado ao MS entre 1º de junho e 31 de julho de cada ano



É necessário anexar documentos comprovando que a entidade é constituída como fundação ou associação privada sem fins lucrativos e certificada como Cebas, OS ou Oscip



O período para apresentação de projetos varia ano a ano. O prazo tem início com a publicação da portaria interministerial que estabelece os valores do programa e se encerra em 45 dias



Os projetos aprovados têm o desenvolvimento acompanhado e avaliado pelo MS



Para mais informações, consulte o Anexo LXXXVI da Portaria de Consolidação nº 05, de 28 de setembro de 2017, no link: <https://bit.ly/2FI120Q>



DOADORES



O doador pode escolher para qual iniciativa prefere contribuir

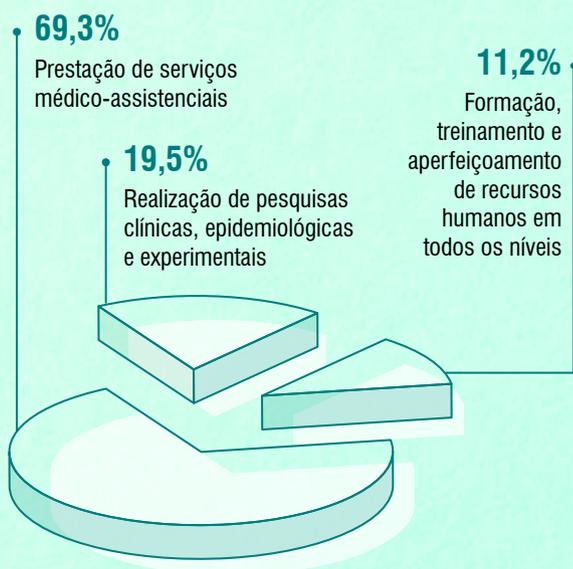


A dedução fiscal ocorrerá no ano seguinte, na forma de restituição ou abatimento do valor do IR a pagar



É possível descontar 100% do valor doado, desde que não ultrapasse o teto estabelecido pelo governo federal

Distribuição dos projetos apresentados



Das **776** propostas levadas ao MS, **295** (38%) foram aprovadas. Elas geraram renúncia fiscal superior a R\$ **1,3 bilhão** entre 2013 e 2018.

Fonte: Ministério da Saúde

projeto tem como objetivo formar e atualizar recursos humanos para suprir a demanda do sistema, depois de o governo federal adquirir, por meio do Plano de Expansão da Radioterapia no SUS, mais de 100 novos aceleradores lineares, a serem instalados em serviços de radioterapia. O INCA, desde o início, é um dos parceiros da Fundação no Pro-Rad, que está prestes a iniciar sua terceira etapa. Também apoiam a Sociedade Brasileira de Radioterapia (SBRT), o Conselho Nacional de Técnicos em Radiologia (Conter) e 28 instituições de câncer que receberam os alunos para realizar os estágios.

Carlos Eduardo de Almeida, coordenador científico do Pro-Rad pela Fundação, relata que, nas duas primeiras fases do programa (Pro-Rad 1 e Pro-Rad 2), 22 empresas destinaram R\$ 9 milhões por meio do regime de incentivo fiscal. O treinamento foi oferecido a serviços de radioterapia públicos, filantrópicos e privados de todo o País credenciados pelo SUS. Nessas etapas, o projeto contabilizou 1.280 participantes, entre médicos, físicos, técnicos e enfermeiros formados e aperfeiçoados.

Já no Pro-Rad 3, com previsão de início ainda neste semestre e prazo de conclusão em 2021, serão investidos R\$ 2,5 milhões para a formação de 60 novos técnicos em radioterapia e a atualização de 160 que já trabalham na área. Também serão atualizados 40 enfermeiros e formados 15 dosimetristas.

Almeida destaca que o Pronon foi fundamental para a execução do Pro-Rad, já que o projeto envolveu, entre outros custos, contratação de equipe multidisciplinar especializada, serviço de alimentação, espaços para as aulas, bolsas de estudo de dois anos para físicos e de seis meses para técnicos, pagamento para os professores, diárias em hotéis e passagens aéreas. “É muito complexo montar uma estrutura de treinamento com excelência pedagógica. Coordenamos quase 100 pessoas ao longo de dois anos. Hoje, a estrutura está bem reduzida, mas, com o início do Pro-Rad 3, vamos fazer algumas reconvocações.”

O coordenador considera gratificante o resultado das capacitações, que alcançaram áreas carentes de mão de obra especializada, sobretudo no Norte e Nordeste do País. Citando como exemplo o Pro-Rad 1, Almeida destaca que 41 dos 80 técnicos em radioterapia qualificados (51%) e 14 dos 21 físicos médicos formados (67%) eram dessas regiões. ■